

1 Introdução

Neste trabalho, temos por objetivo o estudo da aspectualidade do Pretérito Perfeito Composto do Indicativo (PPC) no português brasileiro, destacando sua relevância para a área de Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E)¹ a partir de um recorte funcionalista, mais especificamente, o Funcionalismo Holandês, com base nas obras de Dik (1978; 1997).

Através de uma análise qualitativa de quarenta e duas ocorrências desse tempo verbal em dois veículos de comunicação digitais, os jornais O Globo (www.oglobo.com) e o Estado de São Paulo (www.estadao.com.br), propomos um quadro sistemático que permite a delimitação da aspectualidade do PPC por meio das informações semânticas e sintáticas envolvidas em cada contexto de sua utilização. Outrossim, desenvolvemos um conjunto de três gráficos representacionais, um para cada uma das três possibilidades interpretativas que o PPC agencia, quais sejam: a aspectualidade durativa, durativo-iterativa e iterativa.

Dessa forma, esperamos que nossa pesquisa contribua de forma significativa para a área de PL2E, principalmente no que tange às particularidades semânticas que esse tempo verbal engendra e às dificuldades envolvidas em sua percepção por falantes não nativos de língua portuguesa.

1.1. Motivação

O principal fator motivador para a realização de um estudo descritivo sobre a aspectualidade do PPC tem início durante o mestrado em Estudos da Linguagem na PUC-Rio em 2010. Na época, acostumados a lidar com o ensino de inglês como língua estrangeira, surpreendemo-nos com a riqueza e abrangência da área de PL2E ao cursarmos a cadeira de *Aspectos de uma gramática do português como segunda*

¹ Sigla proposta por Meyer (2004, p.79) e utilizada na PUC-Rio.

*língua*². Entre tantos *aspectos* levados em consideração nessa disciplina, cinco merecem destaque, principalmente por terem provocado em nós “uma torção de pensamento”³.

O primeiro diz respeito à própria perspectiva de ensino da língua portuguesa, cujo enfoque pode ser realizado de maneiras distintas: como língua materna, língua estrangeira ou segunda língua.

De acordo com Galisson & Coste (1983, p.442-443), a linguística aplicada e a didática das línguas usam frequentemente a tripla oposição língua materna/língua estrangeira/segunda língua na medida em que essa oposição define dois modos de ensino irreduzíveis um ao outro: o ensino das línguas maternas por um lado, o ensino das línguas não maternas por outro. Segundo os autores, a língua materna é assim chamada porque é aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade e é utilizada no país de origem do sujeito falante. Entretanto, explicam os autores, a língua estrangeira e a segunda língua definem-se ambas como não maternas (são instrumentos de comunicação secundários ou auxiliares), mas distinguem-se uma da outra pelo fato de a segunda língua se beneficiar oficialmente de um estatuto privilegiado. Assim, concluem os autores, enquanto a língua estrangeira é aprendida por indivíduos, a segunda língua é ensinada como língua veicular a toda uma comunidade em que a (ou as) língua(s) materna(s) é (ou são) praticamente desconhecida(s) fora das fronteiras do país.

Desse modo, temos as seguintes possibilidades em relação ao ensino da língua portuguesa:

- a) Ensino de português como língua materna (PLM), que abrange os aprendizes desse idioma como seu primeiro instrumento de comunicação e que o utilizam no país de origem;
- b) Ensino de português como língua estrangeira (PLE), termo usado para classificar “a aprendizagem e o uso desse idioma por falantes não nativos em espaços onde essa língua não tem qualquer estatuto sociopolítico”⁴;

² Disciplina da linha de pesquisa de descrição do português do Brasil como segunda língua para estrangeiros - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio (http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progletling-info_linhas_pesq.html).

³ Meyer (1999, p.68)

⁴ Leiria (2004, p.1)

- c) Ensino de português como segunda língua (PL2), utilizado para designar “a aprendizagem e o uso de uma língua não nativa dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida”⁵;
- d) Ensino de português como segunda língua para estrangeiros (PL2E), semelhante ao item anterior, sendo que o grupo de aprendizes está circunscrito a estrangeiros⁶.

O segundo ponto que nos chamou a atenção relaciona-se com a importância de um estudo analítico-descritivo que tenha como concepção teórico-metodológica a incorporação e inter-relação de informações de ordem pragmática, semântica e sintática, ou seja, uma linha de investigação de base gramatical funcionalista, como explica Neves (2009, p.69):

Uma Gramática Funcional é, necessariamente, uma gramática do uso linguístico, no sentido de que ela não assume como tarefa descrever a língua enquanto sistema autônomo, não desvinculando, portanto, as peças do sistema das funções que são preenchidas. Considera, pois, a relação entre estrutura e função como algo instável, que reflete o caráter dinâmico da linguagem.

O terceiro corresponde ao aumento pelo interesse no aprendizado do PLE ou PL2(E), como registra Brisolla (2011, p.26): “em 2001, a PUC-Rio, por exemplo, recebeu 165 alunos estrangeiros interessados em aprender português. No ano passado [2010], o número chegou a 969, quase seis vezes mais do que o índice registrado há uma década”. Em termos de PLE, o mesmo interesse pelo nosso idioma é latente em instituições de renome internacional, como a própria Universidade de Harvard. Jouët-Pastré (2010, p.1-2) apresenta dados estatísticos de 2000 a 2010, por exemplo, enfatizando um aumento progressivo ao longo dessa década.

O quarto tópico tem uma relação direta com o anterior: a pouca oferta de materiais didáticos ou de manuais que promovam um olhar mais descritivo e sensível às necessidades dos aprendizes não nativos de PL2E. De acordo com Alencar (2008, p.63):

O português para estrangeiros tem-se mostrado uma área em franco desenvolvimento que tem crescido bastante no Brasil nos últimos 25 anos. Entretanto, alguns aspectos da descrição gramatical voltada para as necessidades do falante não nativo carecem de uma maior atenção.

⁵ Cf. nota 4 deste capítulo.

⁶ Há a possibilidade de ensino de português como segunda língua para surdos e povos de língua indígena no Brasil, por exemplo.

O quinto e último item abrange as dificuldades de entendimento quanto aos usos de certos tempos verbais em língua portuguesa, principalmente quando o fator determinante para a compreensão se encontra dependente de noções *aspectuais*. É nesse ponto em que encontramos a força motriz principal para a realização desta pesquisa, especialmente ao considerarmos as reflexões sobre o assunto em Travaglia (2010, p.38-41)⁷:

O aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação.

A partir da constatação de que questões aspectuais representam um dos maiores obstáculos para o aprendizado de PL2E, colocamo-nos na situação de um desses aprendizes e tentamos enxergar, pelo foco do olhar estrangeiro, suas dificuldades e imensuráveis esforços ao tentar transpor as barreiras semânticas e gramaticais em seu processo de aprendizado. Um desses desafios corresponde ao objeto de estudo desta pesquisa: os contextos em que o PPC pode ser utilizado, uma questão que também promove dificuldades para os profissionais da área de PL2E, como atesta Albuquerque (2004, p.8):

O emprego do PPC para os aprendizes de português como segunda língua apresenta uma série de dificuldades e, muitas vezes, o professor não encontra informações suficientes nas gramáticas e manuais de português língua materna (PLM) ou segunda língua (PL2) para explicar a (im)possibilidade de uso do referido tempo verbal.

As dúvidas que muitos estudantes apresentam sobre as (im)possibilidades de uso do PPC encontram força principalmente “quando consideramos as línguas em contato” (Meyer & Albuquerque, 2011, p.9). No caso do ensino de PL2E, que normalmente se caracteriza por uma atmosfera multilinguística, as chances de questionamentos sobre os usos dessa perífrase verbal tendem a ser ainda maiores, como explica Grosso (2008, p.111):

É pelo funcionamento real da língua que o processo de produção de sentido se torna significativo, dependendo este de parâmetros linguísticos, sociais e culturais da língua-alvo que vão sendo descobertos pelo aprendiz. Refletindo sobre o conhecimento linguístico em uso da língua-alvo, *o aprendiz faz comparações com a própria língua* (grifo nosso).

⁷ O autor esclarece que o termo *tempo* pode ser utilizado de três maneiras: 1) Tempo: categoria verbal (corresponde às épocas: passado, presente, futuro); 2) Tempos flexionais: flexão temporal, os agrupamentos de flexões da conjugação verbal: presente do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, futuro do presente etc.; 3) TEMPO: a ideia geral e abstrata de tempo sem consideração de sua indicação pelo verbo ou qualquer outro elemento da frase.

Silva (2011, p.97-117) tece algumas considerações sobre o assunto, tomando como exemplo as dificuldades que falantes nativos de língua inglesa (FNLI) normalmente apresentam ao se depararem com o PPC. Segundo o autor, um estudante FNLI que leve em conta apenas as informações de natureza formal dessa perífrase verbal – “presente do indicativo do verbo *ter* com o particípio passado do verbo *principal*” (Cunha & Cintra, 2010, p.416), acaba identificando em sua língua materna um tempo verbal estruturalmente semelhante, o *Present Perfect Simple* (PPSimple), haja vista a configuração desse tempo verbal dar-se pela combinação do “auxiliar *have* [no presente do indicativo] com o particípio passado do verbo *principal*” (Parrot, 2004, p.243). Desse modo, explica o autor, a semelhança formal entre o PPC e o PPSimple promove uma tentativa de tradução termo a termo entre os dois tempos verbais, deixando-se de lado a diferença aspectual existente entre eles⁸.

A importância das questões aspectuais configura, portanto, o ponto de partida para o estudo descritivo da aspectualidade do PPC realizado nessa tese. Nesse processo, algumas obras nos ajudaram a estabelecer os parâmetros investigativos que norteiam este trabalho.

Vejam os quais.

1.2. Ponto de partida

Nossa pesquisa sobre a aspectualidade do PPC tem como ponto de partida um conjunto de estudos investigativos sobre as questões pragmáticas, semânticas e sintáticas sobre esse tempo verbal. Entre eles, podemos citar a tentativa de Gonçalves Viana em classificar esse tempo verbal como um “pretérito iterativo, designando uma ação repetida várias vezes em um passado próximo e que se estende até o momento presente”. (Viana, 1908, p.86). Paiva Boléo, em uma obra posterior, oferece-nos uma contribuição mais abrangente, destacando o caráter intrínseco desse tempo verbal em relação a outras línguas românicas. Segundo o autor, “o que torna este tempo verbal expressivo na sua concisão e característico da língua portuguesa é exatamente a faculdade de poder exprimir a duração ou a repetição de uma ação sem palavra alguma acessória”. (Boléo, 1936, p.5).

⁸ Enquanto o PPC apresenta aspecto *imperfectivo*, o PPSimple caracteriza-se principalmente pela *perfectividade*.

Complementar às ideias levantadas por Viana (1908) e Boléo (1936), Vásquez Cuesta & Luz (1980, p.525) atestam que “a língua portuguesa mostra uma nítida preferência pelo Pretérito Perfeito Simples (PPS), reservando o composto para usos especiais”. Nesse sentido, pensar especificamente nos casos particulares em que o PPC se faz necessário, juntamente com a capacidade que esse tempo verbal possui de tangenciar informações durativas ou iterativas sem a necessidade de elementos acessórios, constitui um assunto a ser estudado.

Vannier (2003) realiza um estudo importante sobre os usos do PPC e as possíveis intercambialidades com a perífrase ESTAR + GERÚNDIO. Essa proposta é ampliada por Albuquerque (2004), ao fomentar casos de emprego do PPC e as circunstâncias que permitem sua substituição pelas perífrases ESTAR + GERÚNDIO, ANDAR + GERÚNDIO e VIR + GERÚNDIO.

Em um trabalho mais recente, Carvalho & Bagno (2015, p.63), refletindo sobre as diferenças de uso entre as formas simples e composta do pretérito perfeito em português brasileiro e no espanhol, afirmam:

Há uma diferença muito nítida no uso do perfeito simples e do perfeito composto. O tempo simples indica uma ação iniciada e concluída no passado, sem prolongamento no presente. O tempo composto indica uma ação iniciada no passado e que se prolonga até o presente. Ao contrário do que ocorre em espanhol, *as duas formas jamais se confundem em português brasileiro e não são intercambiáveis*.

Brito et al. (2013, p.165) expandem o escopo comparativo, levando em consideração as formas simples e compostas do pretérito perfeito em espanhol, italiano, francês e português brasileiro. Para os autores, o PPS e o PPC do indicativo expressam *diferenças aspectuais* de um fato situado em um momento passado. Assim, ainda segundo os autores, a forma “*Eu encontrei*”, por exemplo, denota um ato único, e equivale ao francês “*J’ai retrouvé*”, ao espanhol “*He encontrado*” e ao italiano “*Ho trovato*”. “*Tenho encontrado*”, por sua vez, significa um fato que tem início em algum momento do passado e se repete ou se estende até o momento presente. E é justamente nessa última afirmação que reside a problemática central do PPC: além de o fato representado pela perífrase verbal começar no passado e alcançar o momento presente, a maneira como ele é visualizado é de todo complexa: a situação descrita pelo PPC deve ser vista de modo durativo ou iterativo?

Embora os autores não tragam uma resposta sobre a iteratividade e duratividade inerentes ao PPC, eles oferecem, em contrapartida, uma informação valiosa: o entendimento sobre os usos desse tempo verbal envolve, inevitavelmente,

questões de natureza aspectual, ou seja, um conhecimento de ordem linguística que exige um tratamento muito mais semântico do que formal.

Nesse sentido, Campos (1997, p.20) comenta que:

A oposição aspectual e temporal entre o pretérito perfeito simples (PPS) e o pretérito perfeito composto (PPC) é das que maior dificuldade apresentam ao estrangeiro que começa a aprender o português, sobretudo se, na sua língua materna, ou numa segunda língua que tenha adquirido anteriormente, existe entre os dois pretéritos uma oposição com caráter meramente formal e predominantemente estilística.

De acordo com a autora supracitada, questões de cunho aspectual se interpõem no processo de ensino-aprendizagem dessa perífrase verbal. Além disso, esse embate entre as formas simples e composta constitui, de acordo com Fonseca (1994, p.37-38):

Um dos aspectos mais originais do sistema verbal português: a sobrevivência do pretérito perfeito simples e a sua coexistência com o pretérito perfeito composto, *mantendo estas duas formas valores distintos, quer quanto ao tempo, quer quanto ao aspecto*; isto é, *nunca* em português o PPC representou um “concorrente” do PPS na área da expressão dos *valores temporais ou aspectuais*.

A interpretação e definição do termo *aspecto* traz em si diferentes perspectivas. Segundo Corôa (2005, p.66-67), enquanto muitos autores atribuem uma definição para o termo a partir das propriedades semânticas dos lexemas verbais – o chamado *modo de ser da ação* ou *aspecto lexical*, outros preferem um recorte que leve em consideração os mecanismos formais da língua, ou seja, o *aspecto gramatical*.

Além dessas duas interpretações sobre o termo, há ainda uma terceira, apontada por Comrie (1976, p.45-46). Para o autor, o aspecto precisa ser entendido não só em relação à semântica do verbo ou pelos mecanismos gramaticais inerentes à língua, mas, sobretudo, pela combinação desses dois com os termos envolvidos na sentença. Nesse sentido, Dik (1997, p.221), embasado em Maslov (1985 [1978]), introduz o termo *aspectualidade* como uma proposta teórica que leva em consideração as informações ligadas aos aspectos lexical e gramatical, como também as informações semânticas e sintáticas dos termos envolvidos, constituindo, portanto, a perspectiva adotada neste trabalho para um estudo analítico-descritivo dos usos do PPC em português brasileiro.

O passo inicial para o entendimento da aspectualidade do PPC encontra-se circunscrito às questões de ordem semântica.

Vejamos por quê.

1.3. PPC: um recorte semântico

Ilari (2001) enfatiza a importância do estudo do PPC sob uma ótica semântica, uma vez que o tratamento formal desse tempo verbal não é suficiente para cobrir a abrangência de sua utilização em comparação com outras línguas românicas. Segundo o autor, a singularidade do PPC em relação a essas outras línguas não diz respeito à forma, mas ao sentido. Mendes (2005, p.49-50) explica essa questão:

O passado composto em português não expressa *perfectividade*, como no francês e em algumas variedades do espanhol. No português contemporâneo, essa construção expressa aspecto *imperfectivo* (iterativo e durativo)... De fato, se em português o uso contemporâneo de *ter + participio* é sumamente aspectual, pode-se dizer que o uso correspondente nas línguas românicas é mais temporal, no sentido dêitico. O *passé composé* denota localização temporal da ação ou evento no passado, e substitui o *passé simple* na história do francês falado. Com efeito, o emprego dessa última construção ficou relegado à literatura, e a tradução de *avoir + participe passé* deve ser feita, em português, pela forma simples do pretérito. No italiano e no espanhol, o *passato prossimo* e o *perfecto compuesto*, respectivamente, ainda concorrem com a forma simples na expressão do passado, configurando um envelope de variação em que a forma perifrástica ora é empregada na composição do *aspecto perfectivo resultativo*, ora é empregada como forma alterativa para o passado simples.

Em relação às línguas germânicas, mais especificamente à língua inglesa, Perini (2002, p.249) argumenta que “embora a construção em português do presente do indicativo do verbo *ter* com o *participio passado* de um verbo (*tenho feito*) seja *formalmente* semelhante em inglês (*I have done*), seu significado é diferente”. No caso, o PPSimple pode, por exemplo, “comunicar algo que aconteceu no passado, sem especificar com precisão *quando* isso aconteceu” (Hewings, 1999, p.6), assemelhando-se, nesse caso, ao PPS em português. Vemos, portanto, através dessas breves comparações com outras línguas, as dificuldades que certamente envolvem não só falantes não nativos de português ao terem de lidar com o PPC, como também os professores de PL2E no ensino dessa perífrase verbal.

Ilari (2001, p.129-131), em uma releitura dos trabalhos propostos por Viana (1908) e Boléo (1936), amplia o escopo dos diferentes valores semânticos que o PPC possui, os quais apresentamos a seguir. Os exemplos utilizados são do nosso corpus de estudo para essa pesquisa e são aqui utilizados visando a uma melhor clareza sobre o assunto⁹:

⁹ Cada um desses exemplos encontra-se descrito em detalhes no Capítulo 4 – Análise de dados.

1. O PPC exprime a ideia de *iteração*, ou seja, “a repetição de um ato” (Cunha & Cintra, 2010, p.469), independentemente de estar presente na oração um advérbio indicando frequência.
 - (a) Prefeitura e Estado **têm construído** passarelas e **instalado** bombas.
(Estadão, 12/05/2012)
2. O PPC pode assumir um valor de *continuidade* (uma situação que permanece ao longo do tempo).
 - (a) A área de fronteira **tem estado** tranquila.
(Estadão, 11/01/2013)
3. Diz respeito a um período que começa no passado, mas não se conclui no passado.
 - (a) O Reino Unido **tem controlado** as Malvinas desde 1833.
(O Globo, 17/04/2012)
4. Apresenta valor *durativo* ou *iterativo* de acordo com as características aspectuais do lexema verbal.
 - (a) O urso polar **tem sido** (=valor durativo) um quebra-cabeça científico.
(O Globo, 19/04/2012)
 - (b) Os autores **têm publicado** (=valor iterativo) muito.
(Estadão, 1º/12/2012)
5. O passado composto é inadequado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever a repetição, se se quer ao mesmo tempo explicar *quantas vezes* o fato se repetiu.
 - (a) *Bete Midler **tem viajado** uma vez.
 - (b) Bete Midler **tem viajado** muito.
(Estadão, 02/03/2013)
6. A interpretação e a gramaticalidade de orações no passado composto são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença e pela ocorrência de adjuntos.
 - (a) *A rede Subway **tem aberto** um loja no segundo semestre.
 - (b) A rede Subway **tem aberto** uma loja por dia no segundo semestre.
(Estadão, 19/11/2012)
 - (c) *150 pessoas **têm morrido** no país.
 - (d) 150 pessoas **têm morrido** por dia no país.
(Estadão, 31/12/2012)

7. O PPC aponta para um período que, *começando no passado, alcança o momento da fala e, eventualmente, o ultrapassa.*

(a) Essa taxa ***tem oscilado*** para cima e para baixo nos últimos anos.

(*O Globo, 15/05/2012*)

(b) A curva de popularidade de Dilma ***tem sido*** ascendente desde o início do seu governo¹⁰.

(*O Globo, 24/04/2012*)

Uma análise cuidadosa dos itens acima listados, leva-nos às seguintes reflexões iniciais:

- 1) Se a iteratividade e a duratividade estão semanticamente dependentes de questões aspectuais intrínsecas ao lexema verbal, quais são os tipos de verbos que promovem essas respectivas interpretações?
- 2) Se a interpretação e a gramaticalidade dos enunciados com o PPC são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais e ocorrência de adjuntos, os traços semânticos desses itens sentenciais não podem também ser um fator determinístico quanto ao aspecto durativo ou iterativo de uma dada ocorrência do PPC?
- 3) Se o PPC abrange um período que não apenas começa no passado e atinge o momento presente, mas também eventualmente o ultrapassa, de que modo podemos representar essas informações a partir de uma perspectiva gráfico-visual?

Os questionamentos supracitados, em parceria com as informações nos parágrafos anteriores, constituem a base para a elaboração dos *objetivos e hipóteses* que norteiam todo o nosso trabalho, os quais expomos nas seções a seguir.

1.4. Objetivos

O objetivo central desta tese consiste em descrever a aspectualidade do PPC do indicativo em português brasileiro, destacando sua relevância na área de PL2E.

Complementares ao item anterior, temos os seguintes objetivos específicos:

¹⁰ Na época de coleta dessas informações, o Governo Brasileiro apresentava projeções positivas para os meses seguintes.

- 1) Caracterizar os elementos nos enunciados com o PPC que promovem uma interpretação durativa ou iterativa, de acordo com o contexto em que são utilizados;
- 2) Delimitar a tipologia de verbos que agencia uma perspectiva durativa ou iterativa, a partir das características aspectuais de seus lexemas;
- 3) Desenvolver um quadro esquemático que permita, a partir de um conjunto de parâmetros semântico-sintáticos pré-estabelecidos, caracterizar a aspectualidade dos enunciados com o PPC no âmbito da duratividade e iteratividade;
- 4) Criar uma representação gráfico-visual que facilite a compreensão da aspectualidade do PPC inerente às perspectivas durativa e/ou iterativa.
- 5) Apresentar sugestões de pesquisas futuras para a área de PL2E que tomem como base os resultados do estudo aqui realizado.

Em vista dos objetivos traçados, reforçamos que não é a finalidade deste trabalho apresentar uma proposta didático-pedagógica e/ou metodológica quanto ao ensino do PPC a falantes não nativos de língua portuguesa, mas que a partir do conjunto de reflexões e informações analítico-descritivas aqui apresentadas, professores e autores de materiais didáticos de PL2E tenham à disposição os insumos necessários (e particularmente relevantes) para uma melhor compreensão da unicidade semântica e dos usos específicos que o PPC em português brasileiro agencia.

É essa a perspectiva que esta tese destaca quanto à relevância do PPC na área de PL2E.

1.5. Hipóteses

A premissa sobre a qual esta tese se fundamenta refere-se à possibilidade e necessidade de uma descrição da aspectualidade do PPC que vá além do escopo das informações pré-existentes nos lexemas verbais. Assim sendo, temos as seguintes hipóteses:

- 1) A aspectualidade do PPC, quer seja de ordem durativa ou iterativa, não é determinada única e exclusivamente pelas características aspectuais dos lexemas verbais;

- 2) Uma descrição adequada sobre a aspectualidade do PPC deve levar em consideração, além dos dados intrínsecos aos lexemas verbais, os fatores semânticos e sintáticos relativos aos itens essenciais (e acessórios, quando presentes), com também as informações sobre o contexto de uso em que ocorrem, isto é, dados de natureza pragmática;
- 3) Ocorrências com o PPC que possuem o mesmo lexema verbal não necessariamente dispõem da mesma aspectualidade.

Por conseguinte, conforme veremos ao longo deste trabalho, os seguintes casos do PPC, embora apresentem o mesmo lexema verbal, correspondem a aspectualidades distintas:

1. O Nordeste *tem vivido* uma situação paradoxal nos últimos anos.
(*O Globo*, 08/05/2012)
2. A empresa *tem vivido* momentos difíceis no último ano e meio.
(*Estadão*, 26/10/2012)

1.6. Organização do trabalho

Nosso trabalho compõe-se de cinco capítulos, incluindo este, introdutório.

No Capítulo 2 são apresentados os pressupostos teóricos da corrente funcionalista que embasam nossa pesquisa, qual seja: o Funcionalismo Holandês. São também incluídos os conceitos instrumentais de análise decorrentes da Gramática Funcional de Dik (1978; 1997) com os quais operamos, a saber: *predicação, estado de coisas, predicadores, argumentos, valência verbal, predicação nuclear, predicação estendida, argumentos nucleares, argumentos satélites, papéis temáticos, parâmetros, tipologia de predicados e aspectualidade.*

No Capítulo 3 trabalhamos o conjunto de aspectos metodológicos da pesquisa qualitativa, os quais servem de suporte à análise do corpus selecionado para esta tese.

No Capítulo 4 desenvolvemos a análise dos dados coletados para nossa pesquisa. As conclusões parciais sobre a aspectualidade do PPC, obtidas a partir de informações pragmáticas, semânticas e sintáticas de cada caso do PPC, encontram-se devidamente agrupadas em seções e constituem a base para a elaboração de uma proposta que permite caracterizar a aspectualidade do PPC a partir de um conjunto de parâmetros semântico-sintáticos. Além disso, a título de exemplificação da

aplicabilidade dos resultados obtidos em nossa análise de dados e da nova tipologia de estados de coisas que apresentamos e descrevemos para esta tese, criamos um conjunto de três gráficos representacionais, um para cada uma das possibilidades interpretativas que o PPC agencia.

No Capítulo 5 destacamos alguns pontos sobre a relevância de nosso estudo descritivo da aspectualidade do PPC para a área de PL2E. Outrossim, reapresentamos as principais conclusões parciais de nosso trabalho, as conclusões e considerações finais de caráter geral, além de sugestões de pesquisas futuras que tenham como apoio os resultados desta pesquisa.

Finalmente, as referências bibliográficas informam as obras citadas no texto. A bibliografia diz respeito às obras que, não tendo sido citadas no texto, contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho. Além disso, os anexos contêm informações sintetizadas sobre as tipologias de Estados de Coisas, os papéis temáticos, as fórmulas e propostas para a descrição da aspectualidade do PPC, os principais conceitos instrumentais utilizados nesta tese, como também os exemplos de nosso corpus de estudo.